

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP

COMPANHIA FECHADA

CNPJ N.º 42.515.882/0001-78

NIRE N.º 33300115765

CONSELHO FISCAL

ATA DA 308ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião realizada no dia 27 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Presidência, na Sede da Nuclebrás Equipamentos Pesados – S.A. - NUCLEP, situada na Av. das Américas n.º 3.500, Bloco 01, sala 613, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.

2. PRESENÇA:

Participaram da reunião todos os membros do Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, sendo todos comunicados e convocados previamente

3. MESA:

Conselheiro suplente representante do Ministério de Minas e Energia: Waldir Antônio Gervásio (videoconferência)
Conselheira representante do Tesouro Nacional: Isabel Terra Siebra de Sousa (videoconferência)
Conselheira representante do Ministério de Minas e Energia: Hemeline Lúcia Camata Soares (videoconferência)
Secretária da Reunião: Nathalia Horta (presencial)

4. CONVIDADOS PRESENTES NA SEDE DA NUCLEP:

Gerente de Gestão de Riscos: Gustavo Pereira
Gerente de Inteligência Competitiva: Tatiane Oliveira
Assessora de Integridade: Ana Paula Balthazar

5. ABERTURA:

A 308ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da NUCLEP foi aberta, com o quórum requerido pelos normativos legais, de acordo com as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

6. ORDEM DO DIA:

- I. Fiscalização dos Atos de Gestão
- II. Acompanhamento quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo – 4º trimestre de 2025
- III. Matriz de Riscos Estratégicos
- IV. Relatório de Integridade – 1º trimestre de 2026
- V. Relatório de Avaliação – Indicador de Governança e Políticas Públicas – IG-SEST 7º Ciclo

7. DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

I – Fiscalização dos Atos de Gestão – Foram submetidas à apreciação do Colegiado as atas: da 202ª Reunião do Conselho de Administração; da 187ª Reunião do Comitê de Auditoria; e da 131ª Reunião do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Não houve apontamentos ou questionamentos por parte dos Conselheiros.

II - Acompanhamento quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo – 4º trimestre de 2025 – Foi submetido à apreciação do Colegiado o Relatório de Acompanhamento das Ações Estratégicas relativo ao 4º trimestre de 2025, contemplando a avaliação dos principais objetivos de resultado e das ações voltadas à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. No que se refere ao Objetivo de Resultado 1 (estar preparada para as obras estratégicas em caldeiraria pesada), verificou-se, a partir dos dados apresentados, a elevada capacidade da Nuclep em atender às demandas de mercado. Das 95 oportunidades identificadas, 93 avançaram para a etapa de orçamento, representando 97,9% do total e evidenciando alinhamento entre as áreas envolvidas. Desses orçamentos, 85 foram convertidos em propostas, resultando em uma taxa de conversão de 91,4%, o que demonstra consistência no processo comercial. Em relação ao Objetivo de Resultado 2 (Reduzir a dependência do Tesouro Nacional), observou-se que o faturamento acumulado no exercício totalizou R\$ 42.056.750,25, mantendo o nível de dependência em 91%, o que indica a permanência de elevada vinculação a recursos do Tesouro. No tocante ao Objetivo de Resultado 3 (ampliar a participação no mercado), destacou-se que a Companhia apresentou 85 propostas a clientes ao longo de 2025, com ênfase no segmento de Óleo e Gás, impulsionado pela demanda do setor. Contudo, apenas 8 propostas foram efetivamente convertidas em vendas, sendo esclarecido que a baixa taxa de conversão decorreu de restrições orçamentárias e não de limitações técnicas ou de capacidade produtiva da NUCLEP. No âmbito do Objetivo 17 (buscar sustentabilidade econômico-financeira), no que se refere à ação de obtenção de recursos para a aquisição de insumos adequados à demanda dos projetos, registrou-se que a meta ajustada de obtenção de R\$ 72 milhões foi impactada por contingenciamentos ao longo do exercício, em consonância com o disposto no Decreto nº 12.416/2025. Informou-se, entretanto, que, ao final do quarto trimestre, houve a liberação dos valores contingenciados, acrescida de verba complementar, possibilitando o alcance da meta estabelecida. Ainda no âmbito do referido objetivo, no que se refere à ação de aumento do faturamento, cuja meta ajustada era atingir R\$ 58 milhões, verificou-se que o faturamento acumulado no exercício alcançou R\$ 42.056.750,25, correspondendo a 73% da meta estipulada. Diante do exposto, o Relatório evidenciou avanços relevantes na capacidade operacional e na estruturação de propostas comerciais, ao mesmo tempo em que apontou desafios relacionados à conversão em vendas e à redução da dependência de recursos do Tesouro. A Conselheira Isabel questionou se o quadro apresentado no slide do Objetivo 1 (a empresa estar preparada para as obras estratégicas em caldeiraria pesada) já contemplava o redimensionamento de metas solicitado na 305ª RCF. Em resposta, a Gerente esclareceu que a referida adequação está apenas parcialmente refletida, uma vez que o material ainda segue os parâmetros do Planejamento Estratégico 2025–2029. Acrescentou, contudo, que o Planejamento Estratégico 2026–2030 já se encontra mais alinhado ao redimensionamento solicitado. Não houve manifestações adicionais por parte dos demais Conselheiros.

III – Matriz de Riscos Estratégicos - Em cumprimento à ordem do dia, o Conselho reuniu-se com o Gerente de Gestão de Riscos, Sr. Gustavo Pereira, que apresentou a Matriz de Riscos da Companhia, na qual foram elencados sessenta riscos, categorizados como Risco Crítico, Risco Muito Alto, Risco Alto, Risco Médio e Risco Baixo. Dentre esses, destacaram-se: (i) despriorização da empresa no fornecimento de equipamentos estratégicos; (ii) influência de agentes sem capacitação técnica no processo decisório do setor nuclear; (iii) elevado absenteísmo; (iv) redução de investimentos em estatais; e (v) desempenho entre empenho e execução financeira. Em relação ao elevado absenteísmo, a Conselheira Isabel questionou se os atestados apresentados pelos funcionários eram de comparecimento parcial ou integral. O Sr. Gustavo esclareceu que ocorrem ambos os tipos, sendo a maioria referente a afastamentos de dia completo, tendo em vista o fato de a fábrica estar localizada em Itaguaí e, devido à distância, ser bastante improvável que o colaborador que tenha uma consulta médica agendada consiga comparecer ao trabalho no dia da consulta. Por fim, a Conselheira enfatizou que, uma vez estabelecido como Objetivo Estratégico da Companhia a redução da dependência do Tesouro Nacional, tal meta deve ser efetivamente perseguida, uma vez que o seu não atingimento faz com que não apenas o Conselho Fiscal, mas também os demais órgãos colegiados da Companhia passem a observar esse ponto com maior atenção. Não houve manifestações adicionais por parte dos demais Conselheiros.

IV – Relatório de Acompanhamento do 1º Trimestre de Integridade do exercício de 2026 – Foi submetido à apreciação do Conselho Fiscal o Relatório de Acompanhamento do 1º Trimestre de Integridade, considerando as ações realizadas, atividades contínuas do Programa de Integridade e o planejamento das iniciativas previstas para o 2º trimestre de 2026. Referente às ações realizadas,

destacou-se a elaboração do conteúdo de Integridade para composição do Relatório Integrado da empresa, no qual foram informadas as ações desenvolvidas pelo setor e os resultados alcançados no exercício de 2025. Ainda no âmbito das ações realizadas, foi apresentado o planejamento do projeto “Integridade em Movimento”, iniciativa voltada ao fortalecimento do Programa de Integridade de forma prática e próxima, sem ônus adicionais. O projeto prevê a realização de rodas de conversa no próprio ambiente das equipes, com apresentação de temas relevantes e direcionados às áreas, com duração máxima de 30 minutos, tendo como foco a orientação, a disseminação de informações, a prevenção de riscos e o apoio às áreas que solicitarem, estando previsto seu início para maio de 2026. No que se refere às atividades contínuas, foram mantidas ações relacionadas ao princípio da segregação de funções, ao Código de Conduta e Integridade, às ações corretivas para engajamento dos monitoramentos, às campanhas educativas e preventivas sobre Integridade, bem como à manutenção da Matriz de Risco. Em relação ao planejamento para o 2º trimestre de 2026, foram previstas as seguintes ações: revisão do Regimento Interno do Comitê de Integridade; reativação do Comitê de Integridade; providências para a Manifestação Anual de Integridade junto à SEST; inclusão da apresentação do Código de Conduta e Integridade e do Programa de Integridade na fase admissional de colaboradores, na etapa de ambientação; realização do Planejamento Anual da Integridade; pesquisa, avaliação e adesão ao Pró-Ética e ao Programa Pacto Brasil (2026); pesquisa e atualização do Manual de Instruções sobre Documentação Técnico-Administrativo; atualização do PNPC – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção; e planejamento de novos monitoramentos de controles internos. Sem apontamentos ou questionamentos levantados pelos Conselheiros.

V - Relatório de Avaliação – Indicador de Governança e Políticas Públicas – IG-SEST 7º Ciclo - Dando continuidade à Ordem do Dia, o Comitê reuniu-se com a Líder de Equipe de Desenvolvimento de Governança, Sra. Nathalia Horta, que apresentou o Relatório de Avaliação – Indicador de Governança e Políticas Públicas - IG-SEST 7º Ciclo. Inicialmente, foi destacado que o IG-Sest consiste em ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com o objetivo de fortalecer a governança nas empresas estatais federais, promover o alinhamento às políticas públicas nacionais e incentivar a adoção de práticas modernas de governança corporativa, bem como a inovação e o compartilhamento de boas práticas. Quanto à base legal, foram mencionados como principais referenciais a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, as resoluções da CGPAR, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No que se refere à metodologia, foi informado que o 7º ciclo marca a retomada da avaliação após dois anos de suspensão, tendo sido reestruturado e retomado em 2025. A avaliação passou a considerar três dimensões: Governança Corporativa, com foco em maturidade, gestão de riscos, integridade e conformidade; Políticas Públicas, voltada ao alinhamento estratégico e ao impacto das ações; e Boas Práticas e Inovação, que abrange iniciativas inovadoras, práticas ambientais, sociais e de governança, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em relação aos resultados da NUCLEP, foi apresentado que a Companhia alcançou nível de excelência nas dimensões Governança Corporativa, com 89%, e Políticas Públicas, com 83%, e nível intermediário na dimensão Boas Práticas e Inovação, com 56%. Foi informado, ainda, o detalhamento dos blocos que compõem cada uma das dimensões avaliadas. Sem apontamentos ou questionamentos levantados pelos Conselheiros.

Finalizadas as deliberações, restou acordado que a próxima reunião - 309ª RCF - será realizada em **29/05/2026, às 09h00**.

Nada mais havendo a ser tratado para esta data, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinadas.

Waldir Antônio Gervásio
Conselheiro Suplente

Hemeline Lúcia C. Soares
Conselheira

Isabel Terra Siebra de Sousa
Conselheira

Nathalia Horta

Líder de Equipe de Desenvolvimento da Governança

Secretária da Reunião

Esta é a última página da Ata da 308ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da NUCLEP.